



CONBRACE  
CONICE 2021  
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e  
Ciências do Esporte  
no tempo presente:

Defender Vidas,  
Afirmar as Ciências

## O PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLAS CÍVICO MILITARES - A MERITOCRACIA SUBSTANCIADA<sup>1</sup>

Daniele Rorato Sagrillo,

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Leônidas Pinheiro Iung,

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

### RESUMO

*Este trabalho analisa o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares. Trata-se de uma Análise Documental da legislação que o regulamenta. Os resultados indicam que as normas estabelecem intensa hierarquia e disciplina, consoante aos demais modelos de Colégios Militares existentes no Brasil. Conclui-se que esse arquétipo substancia a meritocracia e coloca em alerta a gestão democrática da escola pública e a pedagogia da Educação Física, pautada nas proposições do movimento renovador de 1980.*

*PALAVRAS-CHAVE: Escolas Cívico-Militares; Escola Pública; Educação Física Escolar.*

### INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva abordar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto Federal nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, regulamentado pelas Portarias nº 2.015, de novembro de 2019 e nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, com orientações de implementação e execução descritas no Manual das Escolas Cívico-Militares (2019). A metodologia do trabalho pauta-se na Análise Documental da legislação referida, utilizando a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) para o tratamento dos dados. Para tanto, apresenta-se as características constitutivas do PECIM, bem como a análise das seguintes categorias: neoconservadorismo, gestão democrática e meritocracia.

### PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

O PECIM consiste numa iniciativa do Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Defesa e será implementado em colaboração com os Estados e Municípios. Visa uma gestão compartilhada nas áreas educacional, didático-pedagógica e

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



administrativa com a participação dos docentes da escola e apoio dos militares da reserva das Forças Armadas ou estaduais (BRASIL, 2021).

O objetivo é melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas, baseando-se no modelo dos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares (BRASIL, 2021), em virtude dos bons resultados obtidos em avaliações de larga escala. Nesse sentido, percebe-se que a legislação que regulamenta o Programa não se refere aos colégios federais, mantidos por Institutos e Universidades Federais, que obtêm as melhores classificações nos rankings do país, com recursos menores do que os colégios militares, cujo custo aluno é três vezes maior do que da escola pública (CAFARDO; JANSEN, 2018).

Outro ponto a ser considerado no PECIM é o grande número de escolas públicas a serem envolvidas no Programa, 216 em todo país até o ano de 2023 (BRASIL, 2021) e o alto investimento financeiro. Segundo Menezes e Sócrates (2020), o MEC destinou o valor de 1 milhão por escola, verba essa reservada para o pagamento dos militares que atuarão nas instituições. A cada mil alunos em uma escola, haverá 18 militares trabalhando.

O PECIM ratifica uma tendência de militarização das escolas públicas e privadas brasileiras via transferência de gestão à agentes das forças armadas, polícias e bombeiros militares, que se expandiu ao longo dos últimos 20 anos. Conforme Alves e Toschi (2019), existem 120 escolas militarizadas em 22 estados da federação Brasil, sendo mais da metade dessas no Estado de Goiás.

A inclinação para o aumento do número de escolas militarizadas vem acompanhada de um movimento de grupos neoconservadores, cuja “grande preocupação é a restauração cultural [...] encontram-se profundamente comprometidos em estabelecer mecanismos restritos de controle sobre o conhecimento, moral e valores” (APPEL, 2001, p.6).

Segundo Appel (2001, p.6,7), em determinados contextos, os neoconservadores confundem-se e coadunam com pautas de outros grupos, como de defensores do neoliberalismo e populistas religiosos autoritários, que se encontram extremamente “preocupados com a relação entre as escolas, o corpo e sexualidade. [...] a escolarização e aquilo que entendem ser a família tradicional”.

Neste sentido de um maior controle ideológico, parece existir um apelo popular por escolas militarizadas circunscritas na defesa de valores cívicos, maior disciplina, melhores

desempenhos em avaliações, segurança dentro das escolas, infraestrutura de qualidade, entre outros aspectos. De acordo com Sauer e Saraiva (2019, p.772), “os pais veem a ordem fortemente disciplinar como uma salvação moral dos filhos”.

Os militares no PECIM possuem a incumbência de estabelecer uma nova cultura nas escolas, pautado em princípios das suas próprias organizações, seguindo portanto, o modelo das demais escolas militares existentes no Brasil. Conforme Mendonça (2019, p. 595), essas escolas

[...] organizam-se com base em rígida hierarquia, férrea disciplina, obediência incontestável aos superiores, proibição de determinados comportamentos socialmente normais em outros ambientes como demonstração de afeto, uso de adereços, cortes personalizados de cabelo, dentre outros elementos que marcam a identidade das pessoas, particularmente em uma fase como a adolescência.

Desta forma, evidencia-se o quão complexo é comparar escolas públicas com os colégios militares. Apesar de constituírem-se em modelos para o PECIM, reservam diferenças significativas que envolvem legislação própria (Art. 83 da LDB nº9394/96); financiamento diferenciado; seleção de ingresso de estudantes civis; a maioria dos alunos são filhos de militares, com objetivo de seguir carreira militar; pagamento de taxas mensais; diversos tipos de fardamentos/uniforme de custo elevado; padrão de apresentação pessoal; hierarquia e disciplina nos moldes dos quartéis, ordem unida, entre outros aspectos que destoam da pluralidade e diversidade encontrada nas escolas públicas.

A estrutura organizacional e pedagógica que preservam a essência do modelo militar nas escolas do PECIM, parecem retomar a divisão do trabalho, a fragmentação e o controle hierárquico que se tenta romper desde a década de 1980, no aspecto legal, com o preceito constitucional da Gestão Democrática do ensino público, corroborado pela LDB nº 9394/96.

A Gestão Democrática pressupõe três princípios: participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como nos espaços deliberativos, a exemplo do Conselho Escolar; autonomia pedagógica, administrativa e financeira; descentralização de poder.

Este preceito é fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática. De acordo com Paro (2006), só haverá esse exercício se a comunidade escolar vivenciar, construir, fortalecer processos de participação democráticos e do agir democraticamente.

No entanto, dificilmente ocorrerá tais ações se o trabalho desenvolvido for autoritário e centralizador. O Manual do PECIM (2019) especifica claramente como a hierarquia e o controle ocorrerão sob a responsabilidade de cada Divisão. Essa análise agrava-se pela consideração de outros princípios constitucionais como liberdade de ensinar, aprender e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

## MERITOCRACIA

A meritocracia, de acordo com Freitas (2020, p.1), é uma categoria que perpassa a responsabilização, defendida como “merecimento a maior nota numa avaliação, porque considera todos os concorrentes como iguais”. Envolve a compreensão, de base liberal, que

[...] dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas é o esforço pessoal, o mérito de cada um. Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida. No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as ‘distorções’ de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados. (FREITAS, 2020, p.1).

O Manual do PECIM revela uma espécie de vigia hierárquica permanente de tudo e de todos. Há também uma organização em torno de acréscimo ou retirada de notas, conforme o comportamento do estudante (recompensas ou sanções), que para Freitas (2011), compõem o caráter meritocrático e de responsabilização do sistema, pelo qual se pretende legitimar perante a opinião pública as ações de controle de estudantes, profissionais da educação e da própria gestão.

Como esta lógica é herdeira da “concepção de controle do comportamento humano”, esse processo pode provocar aos não adaptados a saída de suas escolas para estudar em outros locais ou bairros, acarretando “subprodutos do controle” como a fuga, revolta, resistência passiva ou até mesmo “medo, ansiedade, ira e raiva, depressão” (FREITAS 2011, p.65).

Segundo Freitas (2012, p.384), não cabe uma visão simplista de “tentar resolver esta complexa relação, colocando mais pressão no sistema, isso faz com que o entrelaçamento das desigualdades sociais com as desigualdades acadêmicas na sala de aula e na escola seja agravado”.

As questões pontuadas podem impactar sobremaneira a proposta pedagógica da Educação física a ser desenvolvida na escola, considerando o histórico de influência



behaviorista e militar na área. O Manual do PECIM possui um capítulo específico sobre a prática desportiva, em que há um incentivo ao desenvolvimento de atributos, parcerias público-privadas, competições externas, entre outros. No entanto, não há nos documentos o trato do componente curricular Educação Física, deixando dúvidas de como efetivamente será trabalhado.

A realização da ordem unida, marchas, cantigas próprias de guerra, exercícios de calistenia, o desporto, trazem à tona um passado da Educação Física escolar que o chamado Movimento Renovador da área (década de 1980), tentou contrapor-se de forma geral. A área pedagógica está ainda consolidando-se na prática escolar, pautada na compreensão da cultura corporal (termo que pode variar a depender da abordagem) como objeto de estudo e de ensino da Educação Física, bem como num processo dialógico, crítico, de pluralismo de ideias, respeito as diferenças, de liberdade, de autonomia, que coadunam com os objetivos de uma educação democrática.

O retrocesso a práticas de outros períodos históricos como na ditadura civil-militar, poderia atrasar anos de pesquisas, estudos e experiências na área. Desta forma, é necessário acompanhar a implementação destas escolas, com vistas a identificar o quanto esse modelo poderá influenciar a prática pedagógica e/ou servir como balizador para políticas derivadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental do PECIM indicou que as normas estabelecidas mantem intensa hierarquia e disciplina, consoante aos demais modelos de Colégios Militares existentes no Brasil. Deste modo, conclui-se que esse arquétipo de origem neoconservadora e behaviorista, substancia a meritocracia e coloca em alerta a gestão democrática da escola pública e a pedagogia da Educação Física, pautada nas proposições do movimento renovador de 1980.



CONBRACE  
CONICE 2021  
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e  
Ciências do Esporte  
no tempo presente:

Defender Vidas,  
Afirmar as Ciências

## THE NATIONAL PROGRAM OF CIVIC-MILITARY SCHOOLS – THE SUBSTANTIATED MERITOCRACY

### ABSTRACT

*This paper analyzes the National Program of Civic-Military Schools. It is a Documentary Analysis of the legislation that regulates it. The results indicate that the norms establish intense hierarchy and discipline, similar to other models of Military Schools in Brazil. We conclude that this archetype substantiates meritocracy and puts on alert the democratic management of the public school and the pedagogy of Physical Education, based on the propositions of the renovation movement of 1980.*

**KEYWORDS:** *Civic-Military Schools; Public School; School Physical Education.*

## EL PROGRAMA NACIONAL DE ESCUELAS CÍVICO-MILITARES - LA MERITOCRACIA SE SUSTANCIALIZA

### RESUMEN

*Este trabajo analiza el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares. Se trata de un Análisis Documental de la legislación que lo regula. Los resultados indican que las normas establecen una intensa jerarquía y disciplina, de acuerdo con los otros modelos de colegios militares existentes en Brasil. Se concluye que este arquetipo fundamenta la meritocracia y alerta la gestión democrática de las escuelas públicas y la pedagogía de la Educación Física, a partir de las proposiciones del movimiento renovador de 1980.*

**PALABRAS CLAVES:** *Escuelas Cívico-Militares; Escuela Pública; Educación Física Escolar.*

### REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **RBP**, v. 35, n. 3, p. 633, 2019.

APPEL, M. Reestruturação Educativa e Curricular e as Agendas Neoliberal e Neoconservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp.5-33, Jan/Jun 2001.

BRASIL. **Portaria n.º 1.071**, de 24 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União, Brasília, n. 247, p. 167, 28 dez. 2020. Seção 1.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. 2021.





CONBRACE  
CONICE 2021  
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e  
Ciências do Esporte  
no tempo presente:

Defender Vidas,  
Afirmar as Ciências

CAFARDO, R; JANSEN, R. Estudantes de colégios militares custam três vezes mais ao País. **O Estado de São Paulo**, 2018.

FREITAS, L. C de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: **Seminário de Educação Brasileira**, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, 2012.

MENDONÇA, E. F. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **RBP AE**, v. 35, n. 3, p. 594, 2019.

MENEZES, D.; SÓCRATES, T. Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC. **Portal do MEC**. 2020.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**: Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. 3ed. São Paulo: Ática, 2006.

SAUER, M; SARAIVA, K. Uma escola diferente do mundo lá fora. **RBP AE**, v. 35, n. 3, p. 766, 2019.

